

Quércia defende quatro anos e presidencialismo

O governador de São Paulo, Orestes Quercia, afirmou ontem que o ideal para o Brasil é o regime presidencialista de governo, com quatro anos de mandato e direito a uma reeleição, estendendo a governadores e prefeitos. Quercia não quis assumir posição a respeito do atual mandato do presidente José Sarney por entender que este é um tema a ser definido pela Constituinte, que é soberana e qualquer decisão sua deverá ser aceita por todos.

Orestes Quercia, que ontem esteve em Brasília para pedir recursos do governo federal ao seu Estado, passou rapidamente pela Câmara dos Deputados para almoçar com a bancada peemedebista de São Paulo. O encontro foi rápido — menos de uma hora — mas serviu para o governador reivindicar junto aos deputados ali presentes (apenas 10), maior aceleração nos trabalhos da Constituinte, "para que coisas importantes sejam definidas e o País possa respirar e tocar para frente problemas fundamentais como na área de saúde, segurança e habitação". Por outro lado, Quercia garantiu que não irá exercer qualquer influência sobre a bancada, na definição do mandato presi-

dencial, e disse: "Minha posição é de respeitar a bancada e cada um vota conforme sua consciência".

Na opinião do governador paulista, hoje existe grande preocupação com quatro ou cinco anos, "mas o mais importante é a questão do Brasil". Quercia disse que sua posição está rigidamente de acordo com a definição do seu partido, o PMDB, que decidiu que nessa questão, não se deve interferir na votação da Constituinte. "Vemos, hoje, ataques à Constituinte e nós queremos respeito e deixar aos constituintes a decisão sobre mandato presidencial e sistema de governo", frisou, acrescentando que é preciso respeitar, dar força e soberania à Assembleia Constituinte. Sempre lembrando que é hora de prestigiar a Constituinte, Quercia afirmou também que hoje, na bancada paulista, existe um equilíbrio entre quatro e cinco anos. Ao contrário do deputado Roberto Rollemberg, coordenador da bancada, que considera uma margem de dois ou três votos a favor dos cinco anos, mas "diante das ameaças por parte do Executivo essa posição pode se reverter e prejudicar os cinco anos".

Partido é omissso, reconhece Almino

Da Sucursal

São Paulo — O Vice-Governador Almino Affonso divulga segunda-feira, no Palácio dos Bandeirantes, um documento com 20 páginas que enviará no mesmo dia às principais lideranças do PMDB, aos governadores dos estados, ao presidente da Constituinte e do partido Ulysses Guimarães e ao presidente José Sarney. Já com a adesão dos governadores Orestes Quercia e Henrique Santillo, o documento contém críticas ao desempenho do PMDB no cenário político nacional e defesa aos quatro anos.

Almino, que passou um mês elaborando as 20 páginas de críticas, pretende criar um grande debate nacional a partir das propostas que incluiu no documento. Para isso percorre-

rá oito capitais do nordeste e sul do país durante a próxima semana. No dia 23 estará em Fortaleza, Recife e Salvador, no dia 24, em Vitória e Rio de Janeiro, e no dia 25, em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Ele também encaminhará o documento para ser discutido nos sindicatos e entidades.

Aos progressistas do PMDB, que articularam o grupo dos "históricos", Almino recomenda no documento que analisem a situação política do país antes de deixarem o partido. E pondera que não é o momento de o PMDB romper com o governo, porque deixará espaços vazios que deverão ser ocupados por políticos mais à direita. Ele condena o partido por estar sendo muito autoritário e omissso, ao deixar de ouvir os militantes, e apresenta soluções para deixar de ser o.

Líder aponta ameaça à transição

Fernando Henrique já teme o caos, com as denúncias generalizadas

é em relação à onda de corrupção que vem sendo denunciada.

Mas mesmo quanto a este assunto o senador recomenda cautela. Da mesma forma que a elaboração de dossiês sobre os membros da CPI que investiga a corrupção, ele acha que a generalização das denúncias contra o Governo contribui para o descrédito popular nas instituições.

— O momento é delicadíssimo. Precisamos ter o cuidado de não generalizar, investigando com a maior seriedade as denúncias fundamentadas. Dossiês apontando supostas irregularidades contra os integrantes da CPI, se existem, devem ser divulgados.

ATO INSTITUCIONAL

O líder do PMDB no Senado aproveitou para rebater a sugestão, lançada pelo ministro Antônio Carlos Magalhães, no sentido de que a Constituinte interrompa os seus trabalhos e confie a uma comissão de juristas a incumbência de fazer a nova Carta. Na sua opinião, "o próximo passo seria falar em ato institucional".

Esta referência foi feita por Cardoso a propósito, também, das declarações do deputado Ulysses Guimarães na quarta-feira de cinzas, quando teria chamado a Junta Militar que editou a atual Constituição de "três patetas". Foi uma

tentativa, a seu ver, de defender a Constituinte da campanha de desmoralização que vem sofrendo.

Aliás, desde a semana passada Ulysses já pensava em manifestar-se em defesa do Legislativo. Na sexta-feira, durante o trajeto Brasília-São Paulo, este foi o tema principal de sua conversa com o senador Fernando Henrique. Além da fala de Sarney no seu programa Conversa ao Pé do Rádio, transmitido naquele mesmo dia em cadeia nacional de rádio, mereceram reparos as manifestações do consultor Saulo Ramos e do ministro Antônio Carlos Magalhães.

DE BEM COM O POVO

Na opinião do deputado dissidente Fernando Lyra, contudo, as declarações de Ulysses foram mais uma tentativa de ficar "de bem com o povo". A partir de agora, segundo recomendação do parlamentar pernambucano, o País deve se preparar para ouvir manifestações deste tipo do presidente da Constituinte.

— Como candidato a presidente da República, Ulysses tratará de se aproximar cada vez mais da opinião pública. Começou falando duro com os militares, daí a pouco vai aderir ao mandato de quatro anos e, muito em breve, rompe formalmente com o Governo. Afinal, as eleições se aproximam, não é mesmo? — indagou Lyra.



Covas discursa acusando os adeptos do mandato de cinco anos

Diretório do PMDB não se reúne agora

No início do mês, o senador Mário Covas entregou ao deputado Ulysses Guimarães um documento propondo, em nome dos chamados históricos, uma reunião extraordinária do Diretório Nacional do PMDB. O manifesto vinha subsidiado por 1/3 dos membros daquele órgão partidário, passando portanto de simples sugestão para um ato de autoconvocação previsto em lei. Dias depois, após frustradas tentativas de cancelar o encontro, o multipresidente finalmente marcou-o para o próximo dia 24.

Ontem, soube-se que o Diretório não vai poder reunir-se na data acertada, por um motivo simples: o deputado Ulysses Guimarães "esqueceu" de mandar publicar o edital de convocação do órgão. O estatuto peemedebista prevê um prazo de pelo menos oito dias de antecedência.

MONTORO

Foi o ex-governador Franco Montoro, um dos líderes históricos, que primeiro notou a falta do edital. De São Paulo, preocupado, ele destacou um assessor em Brasília para informar-se com os demais membros do grupo sobre o que tinha ocorrido. Este assessor terminou entrando em contato com o senador Fernando Henrique Cardoso, a quem coube a tarefa de interrogar Ulysses.

Abordado pelo senador, o multipresidente alegou que estava aguardando o retorno à Brasília do deputado Euclides Scalco, que articulou a coleta de assinaturas para o documento autoconvocatório. Scalco está no Paraná, tratando de assuntos particulares, e nem imagina que foi o responsável pelo adiamento do Diretório. E nem poderia: não há um só dispositivo, seja no estatuto peemedebista ou na lei partidária, que justifique a necessidade de sua presença para a publicação do edital.

Ao que parece, Ulysses está querendo ganhar tempo. Pelo menos é esta a interpretação do deputado Fernando Lyra, ex-ministro da Justiça e um dos peemedebistas dispostos a abandonar o partido ainda este mês, independentemente dos resultados da reunião do Diretório. "Como sempre, ele está empurrando os problemas partidários com a barriga, na base do deixa como está para ver como é que fica. Este novo adiamento só prova que o nosso grupo tem razão: o PMDB não tem mais jeito mesmo".

Já o senador Fernando Henrique, que está insatisfeito com o partido mas não pensa em sair agora, aceitou a justificativa de Ulysses para a não publicação do edital. Eles voltam a se encontrar hoje para rediscutir o assunto, ocasião em que o tripresidente deverá renovar sua proposta de cancelamento do encontro do Diretório, em troca de uma Convenção Nacional a ser realizada após a Constituinte.

A sugestão do dirigente peemedebista esbarra na reação do senador Mário Covas e do ex-governador Franco Montoro, que vêm nela mais um desgaste para o já desacreditado movimento histórico. Que nada conseguiu até agora além de fazer barulho na imprensa.

Covas acha que dossiê é ato de represália

As pressões que estão sendo feitas através da imprensa sobre políticos e governadores, acusando-os de atos ilícitos, foram atribuídas ontem pelos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso ambos (PMDB-SP) a grupos que defendem os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney. "A divulgação de notícias infundadas, como o dossiê sobre o governador de Alagoas, Fernando Collor, são uma cortina de fumaça para encobrir uma manobra em favor do mandato de cinco anos", afirmou Fernando Henrique.

Durante a sessão de ontem da Constituinte, Covas pediu a palavra para ler uma nota oficial do governador da Bahia, Waldir Pires, na qual ele rebate as insinuações feitas pelo presidente José Sarney sobre seu desempenho como ministro da Previdência Social, publicadas em um jornal carioca.

Ao final de seu pronunciamento, Covas afirmou que as notícias que estão sendo divulgadas, inclusive as que envolveram seu nome com as irregularidades da Companhia Siderúrgica

Paulista (Cosipa), não têm o menor fundamento. Segundo ele, muitas irregularidades não estão sendo denunciadas, como a falta de distribuição de canais de rádio e televisão.

Na opinião de Fernando Henrique Cardoso, as notícias que estão sendo divulgadas pela imprensa "têm o cheiro do regime autoritário do passado" e só contribuem para desmoralizar a redemocratização do país. Fernando Henrique afirmou que os ministros que tiveram conhecimento de irregularidades em seus ministérios ou órgãos vinculados devem atuar com presteza, "sendo que o seu silêncio ou a utilização das informações para fins políticos tornam-se coniventes com a desmoralização da democracia".

Fernando Henrique também foi envolvido nas irregularidades da Cosipa, sendo acusado de ter indicado o último presidente da companhia, antes da intervenção, Antônio Maria Claret.

O senador esclareceu que a nomeação atribuída a ele foi feita, na verdade pelo, presidente da Siderbrás, Amaro Lanari.

A fraude e a orquestração

MENDES RIBEIRO

"Os homens em revolução devem temer mais seus êxitos do que seus fracassos" (Madame Stael)

Votaram por Sarney Filho

A manchete foi óbvia: Fraude na Constituinte! Episódio lamentável. Porém, insisto, deve ser reduzido às suas devidas proporções. Em primeiro lugar, entender uma representação política. E o espelho dos representantes. Há bons. Excelentes. Pessimos. Mediocres. Bem e mal-intencionados. Há de tudo. Nem todos os jornalistas são corretos. Advogados, médicos, engenheiros, comerciantes, operários, têm em seu meio os honestos, os nem tanto, os safados.

Nívelar qualquer classe por baixo é crime. Mais para a sociedade do que para a categoria. Assim é a Assembleia Nacional Constituinte. A Assembleia não é fraude.

Houve denúncia de fraude a ser apurada. Alguém fraudou?

E se falhou o computador?

Não sou ingênuo. O computador não falhou.

Quem votou pelo Deputado Sarney Filho? E impossível saber.

Mas, é possível saber que todos têm códigos, conhecidos pelo parlamentar e Mesa. Logo, ou o desonesto viu Sarney Filho digitar seu código ou recebeu dele a informação. A Mesa é fora de suspeita.

Vou adiante. Peso mais a ausência do que a falsidade.

Se presente, o Constituinte não apenas cumpre sua obrigação, mas impede

qualquer tipo de alteração. Se marca, se digita, seu nome aparece no painel. E o nome casado com a constatação de estar em plenário, impossibilita a dúvida.

A ausência é revoltante. Quem se ausenta, por motivo menor — e o maior é doença grave — não merece o voto recebido. Abre campo para os acontecimentos condenáveis e que atentam contra a instituição, pagando os sérios e operosos por quem, está demonstrado, fica muito longe da expectativa de seu eleitorado.

Tristíssimo o fato, por todos os títulos.

Entretanto, não se cometa o equívoco histórico de tornar imprestável a Constituinte. Há, não temo em dizer, até prova em contrário que não virá orquestração nessa terra. Plantam o caos. Plantam, mesmo.

Interesses mesquinhos, enterram o País entregue, ao desgoverno de tropelias, nunca vistas.

A impunidade não é casual.

A imensidão da corrupção daí decorrente tem cheiro de encomenda.

A iniquitização social é adubada.

A falta de segurança é incentivada pela omissão.

O descrédito líquido do Executivo. Está prestes a sepultar o Legislativo. Atinge o Judiciário, até aqui intocado.

A massa se levanta nas ruas. A guerrilha urbana está aí, para quem desejar ver.

E que não querem ver.

Vem da esquerda? Da direita? Vem! E, de qualquer sorte, serão anos de treva, outra vez.

Será, por Deus, que os insensatos vão incendiar esta terra?

Não duvido. Pelo contrário, temo.

E faço minha parte na reação: denuncio.

Corrêa: Saulo é carnavalesco

O senador Maurício Corrêa (PDT-DF) advertiu ontem que o presidente José Sarney está perdido enquanto continuar sendo "orientado pelo sr. Saulo Ramos, que chega a ser carnavalesco". "Com o Saulo comandando o desfile, o bloco do presidente Sarney será desclassificado" — afirmou o senador, cada vez mais convencido de que a Constituinte reduzirá o mandato do Presidente para quatro anos.

A influência de Saulo Ramos é responsável, a seu ver, pelas críticas que o presidente Sarney tem feito, nos últimos dias, à Assembleia Constituinte e pela "perfidia" contra os senadores da CPI que investiga a corrupção, anunciando, extra-oficialmente, que tem um dossiê sobre irregularidades eleitorais.

"Foi, de qualquer forma, um erro porque a CPI não se intimidará" — garante.

MISSÃO

Para o senador do PDT não há nada que impeça a CPI de apurar ou fazer tudo para apurar as denúncias de corrupção no Governo. A preocupação é de toda a sociedade, como muito bem expressou a CNBB, e os senadores têm obrigação de fazer o possível para investigar as irregularidades.

Na sua opinião o caso mais grave, o que exige uma ação imediata, é o da Sepplan, onde os indícios de corrupção são convincentes. Ele propôs, inclusive, que sejam convocados os Prefeitos que tiveram de comprar alambiques na firma de um irmão do ex-

ministro, Aníbal Teixeira, para que fossem liberados seus recursos.

Outra reivindicação de Maurício Corrêa é que a CPI aprofunde as acusações sobre irregularidades da Caesb. Ele não duvida da honestidade pessoal do governador José Aparecido, mas entende ser indubitável que houve maquiagem na concorrência para a despoluição do lago, cujo custo é de US\$ 200 milhões.

Na sessão da CPI na terça-feira vindoura Maurício Corrêa pretende citar a compra de apartamentos pelo ex-ministro da Previdência, Rafael de Almeida Magalhães, e a concessão exagerada de canais de rádio e TV feitas pelo ministro Antônio Carlos Magalhães nos últimos meses.

Históricos armam uma arapuca para Ulysses

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

A reunião do Diretório Nacional do PMDB, que os históricos desejavam convocar, no mais tardar, para dentro de 15 dias, tem o objetivo de desferir um golpe de misericórdia nas aspirações presidenciais do Presidente. Os amigos de Ulysses Guimarães estão convencidos de que o ex-governador Franco Montoro está sendo utilizado como "boi de piranha" para viabilizar o projeto de minar Ulysses como candidato.

Depois de algumas reuniões para avaliação do quadro político, os amigos de Ulysses chegaram à conclusão de que essa reunião representa um verdadeiro xeque-mate que se destina a destruir as aspirações presidenciais daquele político. Se houver a reunião do Diretório Nacional, com disputa pelos cargos vagos (3º vice-presidência e vogal), Ulysses perde ganhando e perde perdendo.

Em outras palavras, se mobilizar os seus instrumentos de força (leia-se governadores) para ganhar dos históricos, Ulysses é jogado nos braços da direita do partido. Fica emparedado como ficou Sarney pelo grupo mais à esquerda, que formalizaria a dissidência para apresentar um outro candidato a presidente da República.

Franco Montoro, que, como Ulysses, não pode esperar mais (sua última chance é este ano ou nunca), é o político que as lideranças do grupo utilizam para impulsionar a candidatura de Ulysses. Os amigos do tripresidente apontam os senadores Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas e José Richa como os que

estão por trás da manobra que utiliza o ex-governador Franco Montoro como verdadeiro aríete. Adiar essa reunião representa uma questão de sobrevivência para Ulysses.

Ulysses Guimarães, segundo os políticos a ele ligados, que estão em intensa atividade, nas últimas horas, atravessa período de ascensão. O encontro com o governador Orestes Quercia fortaleceu a posição do presidente do PMDB. Ele saiu do encontro com o apoio de Quercia, uma vez que, para este, o presidente do PMDB representa escudo protetor contra astros que brilham no partido e que estão na mesma geração de Quercia, como Cardoso, Covas e José Richa.

Ulysses é escudo protetor, também para outras lideranças importantes do PMDB, como os governadores Miguel Arraes, Waldir Pires e Pedro Simon. Essa candidatura ascendente, diante da forte hipótese de eleição este ano, está claramente ameaçada pelo racha interno em que promete resultar a reunião do Diretório Nacional.

Segundo o raciocínio desenvolvido por um dos políticos que assessora Ulysses, se houver a reunião e os históricos conseguirem eleger Euclides Scalco (PR) para a terceira vice-presidência, Egídio Ferreira Lima para 1º secretário (no lugar de Scalco) e Hélio Duque (PR) para vogal — todos cargos na Executiva Nacional — o presidente do PMDB terá perdido o controle do partido. Se ganhar, fazendo valer seu prestígio junto à maioria dos governadores, dará pretexto para a dissidência do grupo com o qual tem mais afinidades, sendo

logado em compulsória aliança com as forças de direita no partido. Ulysses já está advertido, através de análises realizadas por alguns desses políticos, em sua presença, que é de toda a conveniência, para preservar seu projeto de unidade partidária, evitar a convocação do Diretório Nacional nos próximos sessenta dias.

Ulysses e seus principais e mais íntimos aliados acham-se informados de que os históricos combatem ostensivamente sua candidatura, argumentando que ele é candidato imbatível na máquina do partido, mas eleitoralmente um mau candidato. O grupo utiliza o ex-governador Franco Montoro apenas como um instrumento para concretizar a inviabilização da candidatura Ulysses, nunca disposto a apoiar o ex-governador de São Paulo, caso se confirme a expectativa de eleição direta em 88 para escolha do futuro presidente da República.

Nas próximas horas, os amigos de Ulysses estarão dedicados a intenso trabalho de proselitismo destinado a evitar que se consuma a convocação da reunião do Diretório Nacional. Havia preocupação, ontem, entre esses aliados de Ulysses, com suas declarações classificando de três patetas os ministros da Junta Militar que, em 1969, outorgaram ao País a Emenda Constitucional nº 1. A informação corrente era de que a classificação gratuita poderia provocar uma cadeia de pronunciamentos na área militar, criando problemas para o presidente do PMDB e da Constituinte numa hora particularmente delicada do processo de transição democrática.